



## ATA NÚMERO UM

**20 de Dezembro de 2021 - Sessão Ordinária**

Aos vinte dias do mês de dezembro do ano da graça de dois mil e vinte e um, às vinte horas e trinta minutos, reuniram-se os elementos da Assembleia de Freguesia da Junta de Freguesia de São Bento (lista de presenças em anexo) na sede sita em Rua Luís de Camões, nº 246, 2480-142 concelho de Porto de Mós, com a seguinte ordem de trabalhos:

### Intervenção do Público

#### Ordem de Trabalhos:

1. Análise, discussão e votação do Regimento da Assembleia de Freguesia;

2. Apresentação, discussão e votação do Orçamento para 2022;

3. Avaliação, discussão e votação de alteração do Regulamento à Natalidade;

4. Análise, discussão e votação de alteração do Regulamento da Bolsa de Mérito;

5. Apresentação, discussão e votação de alteração do Regulamento à Matrícula;

6. Apreciação e Votação do Mapa de Pessoal para 2022;

7. Outros assuntos de interesse para a Freguesia.

A Sr<sup>a</sup>. Presidente da Assembleia Aida Silva, deu início à sessão, iniciando os trabalhos após trinta minutos da hora marcada, estando presentes 14 participantes inscritos para assistir, deu as boas vindas e agradeceu a presença de todos.

De seguida, questionou o grupo presente sobre a necessidade de alguma questão na abertura da sessão, sobre alguma dúvida ou esclarecimento de título comum à freguesia, onde se inscreveram Bruno Pereira, Cátia Paulo e Márcio Rafael.

A Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. Bruno Pereira que agradecendo a todos os presentes, questionou sobre a Rua Estreita no Casal Velho, se têm algum projeto de melhoria devido as pedras existentes e à falta de visibilidade, solicitou mais informação sobre o projecto dos Barreiros devido a ser um projecto "interessante e diferente" se entretanto irá avançar, também



questionou sobre se a proposta do orçamento participativo vai ser implementada ou se não vai sair do papel. \_\_\_\_\_

\_\_\_ Para responder as suas questões, a Presidente da Mesa, dá a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia, Luís Ferraria que esclarece que a Rua Estreita no Casal Velho tem um projecto para o seu alargamento que embora não esteja no programa foi prometido, a nível dos barreiros são para avançar assim que possível. Em relação ao orçamento participativo não tem nada a esconder. \_\_\_\_\_

\_\_\_ A Presidente da Assembleia questionou se mais alguém queria elucidar o Sr. Bruno Pereira sobre as suas questões, em que a Tesoureira Mónica Jorge pediu a palavra e esclareceu sobre os barreiros, que já se encontra para análise neste orçamento com uma rubrica aberta para avançar com os mesmos. \_\_\_\_\_

\_\_\_ A Presidente da Mesa indagou o Executivo da Junta de Freguesia se gostariam de acrescentar mais algum esclarecimento sobre a última questão de Sr. Bruno Pereira, do orçamento participativo, ao que o Secretario Elmar Tibúrcio respondeu que se estava ponderado iniciar este ano, mas só poderia ser abordado em 2023 pois no ano de 2022 não seria possível devido a burocracias. \_\_\_\_\_

\_\_\_ O Sr. Samuel Costa pediu a palavra à Presidente de Assembleia e elucidou os presentes que o orçamento participativo tem que ter primeiro aprovado o regulamento e só depois é que pode ser introduzido no Orçamento Financeiro do respectivo ano. \_\_\_\_\_

\_\_\_ De seguida a Presidente da Assembleia passou a palavra à Sr<sup>a</sup>. Cátia Paulo que agradeceu a todos os presentes e questionou primeiramente sobre os barreiros: se a Junta de Freguesia pensaria em algo apenas para os animais ou se também pondera algo a nível recreativo e paisagístico. A sua segunda questão é sobre a Rua do Barreiro, que há muitos anos precisa urgentemente de melhorias e questiona se pretendem realizar alguma intervenção brevemente. Sugere também que a população, nomeadamente os jovens, sejam incentivados a participar activamente na vida política, sem ser em conversa de café. \_\_\_\_\_

\_\_\_ A Presidente da Mesa passou a palavra ao Presidente da Junta, Luís Ferraria, que referiu que no projecto dos barreiros vai ser incluído a segurança e bem-estar dos animais e cidadãos e também a nível da paisagem. Em relação à estrada não é um projeto iminente. \_\_\_\_\_

\_\_\_ A palavra foi passada ao Sr. Márcio Rafael, que desejou as boas-noites e agradeceu aos presentes, solicitou à Mesa da Assembleia de Freguesia e demais enquanto Ex-Tesoureiro do antigo Executivo, a alteração de um documento emitido pelo anterior executivo, do qual discorda. A rubrica a que se refere é o apoio oferecido pelo anterior executivo à entidade "Cassac", apoio



esse que seria entregue a esta entidade num valor de vinte e cinco mil e cinquenta euros em seis anos, na carta emitida a 10 novembro de 2020 à entidade "Cassac". O Sr. Márcio Rafael enuncia que o antigo executivo no comunicado à Freguesia de São Bento, afixado em locais públicos, refere que o valor foi entregue à entidade "Cassac", o que é falso, pois o valor não foi entregue a esta entidade e sim que seria distribuído em seis anos conforme a obra comesse, tal como a carta conforto menciona, passando a ler a mesma e encontrando-se a sua cópia em anexo.

A Presidente questiona se alguém deseja responder a questão do Sr. Márcio Rafael. O Sr. Tiago Rei pede a palavra sobre esta questão. Refere e justifica que o donativo foi aprovado em unanimidade pelos três e foi referido no documento afixado em público para não ficar esquecido que havia um valor em stock para atribuir à entidade Cassac, que o antigo presidente respeita e tem muita consideração, que a carta conforto enviada ao Cassac foi para terem apoio junto do Banco para a sua obra, que vinte e cinco mil euros em seis anos é um valor mínimo a uma Junta de Freguesia.

O Sr. Márcio Rafael defende que o valor referido não se encontra cabimentado, o que o orçamento tinha disponível era cinco mil euros para ao Cassac, que não é o que o comunicado do anterior Executivo transparece.

O Sr. Tiago Rei refere que sempre disse que o valor era para ser distribuído em seis anos e questiona o que é que cinco mil euros durante seis anos fazem a uma instituição.

O Sr. Paulo Pereira pede a palavra à mesa, para elucidar que o documento em análise em nada obriga o actual executivo a entregar vinte e cinco mil euros ao Cassac. Este foi o compromisso do anterior Executivo independentemente do tempo em que fosse cumprido. Pretende-se que essa verba seja lembrada sendo que existia montante disponível para este compromisso. Passando a ser da responsabilidade do actual Executivo a forma de distribuição do valor desta promessa.

A Presidente da Assembleia pede a palavra para manifestar a sua opinião em relação a este Comunicado do anterior Executivo, pois se existia um assunto mal resolvido não devia ter sido exposto a público, pois foi expor os dois executivos causando desconforto e problemas desnecessários. Sobre o assunto, a Tesoureira Mónica Jorge entende que é um esclarecimento de contas que o antigo Executivo resolveu elaborar e que nada têm contra isso, mas refere que ao colocarem o valor de vinte e cinco mil euros no Comunicado dá a entender que a Junta vai mesmo proceder à sua liquidação, salienta ainda que o que os fregueses subentendem desse Comunicado é que o Executivo tem em sua posse os vinte e cinco mil euros para entregar à instituição Cassac, sendo que na sua opinião o Comunicado não transparece que o acordo sobre este valor é em seis anos.

Tiago Rei pede a palavra e chama a atenção sobre um assunto desconfortável com que foi confrontado e que se vê forçado a falar do mesmo,

foi questionado pela entidade denominada Prismatrans, Lda sobre o fato de não existir verba disponível para liquidar a factura de uma obra realizada no valor de cinco mil cento e oitenta e três euros e quarenta cêntimos, e que a Junta se encontrava falida, pois alguém não quis proceder à liquidação deste valor, justificando-se assim a apresentação deste Comunicado para salvaguardar o antigo Executivo em relação às verbas existentes que passou a discriminar: 31.386,72€ na Caixa Agrícola; 66.096,29€ na Caixa Geral de Depósitos; e do Interadministrativo havia a receber 23.247,63€. Sendo assim, sempre esteve disponível para qualquer esclarecimento público sobre qualquer questão e que os valores não tinham sido especulados dirigindo-se directamente ao Sr. Márcio Rafael, sendo que a Presidente de Assembleia interfere, que não vai ser permitido debate sobre a questão e que o assunto era desnecessário. Tiago Rei pede para terminar o assunto, pois viu-se confrontado que a Junta de Freguesia tinha ficado com dívidas, o que não seria verdade pois existe verba na mesma, foi deixado em saldo 121.087,51€, fala-se nos vinte e cinco mil euros para entregar ao Cassac no Comunicado que afixaram publicamente, onde também se englobaram em conjunto os restantes orçamentos de obras e compromissos, num total de 82.662,55€ que resulta num saldo positivo de 38.424,96€.

\_\_\_ A Presidente da Assembleia interrompe, pois já estariam todos esclarecidos e se mais algum membro da mesa queria acrescentar algo ao tópico. O secretário Elmar Tibúrcio refere e justifica que a factura não foi liquidada de imediato devido a não terem acesso às contas bancárias da Junta devido a burocracias, em que só passados cerca de três semanas tiveram acesso às mesmas.

\_\_\_ A Presidente dá o assunto por encerrado e afirma que se for necessário e por ser um assunto delicado, que o Sr. Márcio Rafael terá uma resposta por escrito sobre o assunto e avança para a ordem de trabalhos.

\_\_\_ Aida Silva, Presidente da Mesa, apresenta o ponto n.º 1 da Ordem de Trabalhos:

### **Análise, discussão e votação do Regimento da Assembleia de Freguesia.**

\_\_\_ A Presidente da mesa explica que foi feita a actualização e rectificação com o novo acordo ortográfico e reajustado à realidade, em que os pontos alterados foram: Artigo 20º ponto a) do regimento: correcção de escrita onde se lê "reuniões plenárias" passa a ler-se "sessões plenárias"; Artigo 24º: rectificação do período mínimo de convocação para as assembleias. No antigo regimento estavam cinco dias para as assembleias ordinárias onde se lê no ponto 1 do artigo 11º lei 75, e oito dias para outras assembleias previstas na lei e onde se liam cinco dias passa a ler oito dias, e onde se liam cinco dias passam a oito dias. No ponto 2 onde se lê oito dias rectificou-se para cinco dias. No ponto três onde se lê oito dias rectificou-se para cinco dias (ver lei



artigo doze secção dois) Ou seja: de acordo com o regimento das Câmaras Municipais são oito dias para sessões ordinárias. Foi elucidado pelo Samuel

Costa que são dias úteis \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **Alteração do Artigo 32º**- Adicionou-se o ponto dois ao Regimento sobre acrescentar novos pontos à ordem do dia nas assembleias sem apenas ser regido à convocatória em que Paulo Pereira acrescenta que sobre este artigo, pode ser solicitado à mesa sobre somar algum ponto à ordem de trabalhos.

\_\_\_\_\_ **Alteração do Artigo 33º** sobre período de tempo para o público nas sessões : foi adicionado o 3º ponto: as atas deverão ser feitas mediante sumário às intervenções do público. \_\_\_\_\_;

\_\_\_\_\_ **Artigo 35º** – Correção do ponto 3: período da palavra, passou a ler-se no período antes da ordem do dia, que o tempo para formação de perguntas não deverá exceder um minuto. No ponto 4 do mesmo artigo foi corrigido a lacuna do artigo 33 não existir alíneas que eram referidas no ponto 31 existindo neste artigo 35 apenas pontos que foi rectificado no novo regimento

\_\_\_\_\_ Procedeu-se à votação do regimento que foi aprovado por unanimidade. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Aida Silva, lançou o ponto n.º 2 da Ordem de Trabalhos: \_\_\_\_\_

## **2. Apresentação, discussão e votação do Orçamento para 2022,**

\_\_\_\_\_ Tiago Rei alerta sobre o tempo reduzido para análise do orçamento em que a presidente de assembleia refere que em assembleia futura sobre orçamento será elaborada uma estratégia para que o orçamento seja estudado previamente por papel ou em formato electrónico. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A presidente da Assembleia solicita que um membro do actual executivo esclareça sobre o Orçamento apresentado em que Mónica Jorge, tesoureira, tem a palavra para elucidar os valores dentro do orçamento PPI mais significativos de cada projecto no programa, onde refere as intenções do actual executivo para cada um, que as rubricas criadas estão a avançar conforme os objetivos \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Referiu o Miradouro da Azelha sobre o valor apresentado no orçamento será sobre o projecto final depois de todos os pagamentos realizados.

\_\_\_\_\_ Fala do espaço cidadão que é um dos projectos a avançar da rubrica onde engloba a requalificação da junta de freguesia que, não sabendo ainda tudo o que implica, que avançar conforme a possibilidade . \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Refere sobre a requalificação da antiga farmácia em que alerta sobre a dúvida do que poderá ser feito mas que a requalificação da mesma vai ser realizada. \_\_\_\_\_



\_\_\_\_ De seguida refere o projecto dos Telhados do Aconchego, projecto a avançar quando possível \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ Sobre a abertura do "Caminho da Ligeira", o executivo pondera requalificar a estrada existente pois será uma mais valia para a população da Freguesia. \_\_\_\_\_

Sobre a rubrica dos barreiros, Mónica elucida que será para avançar o quanto antes. \_\_\_\_\_

Sobre os PPA refere os "Muros da Azelha, projecto do anterior executivo que será para terminar como referido em ata, acordado com os proprietários em questão. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ Na questão sobre a existência de dúvidas referente a discussão sobre o orçamento, Tiago Rei interfere sobre a rubrica sobre apoio extraordinário ao Plano Covid as fábricas de igreja de três mil euros, em que a tesoureira Mónica explica que é um apoio face as circunstâncias que a fábrica de igreja atravessa no âmbito do Covid e que vão ajudar face as dificuldades existentes durante a pandemia Covid 19. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ Tiago Rei pede que no orçamento seja explícito devido ao facto que na freguesia, as capelas e igrejas existentes se gerem de forma autónoma \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ A presidente de assembleia elucida que fábrica de igreja existe apenas uma, com um número de contribuinte apenas.

\_\_\_\_ Samuel Costa pede a palavra sobre o assunto e refere que, durante o plano eleitoral, foram atribuído um apoio monetário referentes às necessidades de cada comissão de cada capela e igreja. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ Sem haver outras questões procedeu-se a votação do Orçamento para 2022: Aprovado com quatro votos a favor e três abstenções, justificadas com a declaração em anexo, lida em voz alta em assembleia pela presidente da mesa Aida Silva. \_\_\_\_\_

A Presidente lança o ponto seguinte da ordem de trabalhos \_\_\_\_\_

### **3. Avaliação, discussão e votação de alteração do Regulamento à Natalidade;**

É passada a palavra a Elmar Tiburcio que explica que são alterações apenas nos valores atribuídos que foi ajustado do valor de cento e vinte euros para duzentos euros. \_\_\_\_\_

Aprovado por unanimidade \_\_\_\_\_

### **4. Análise, discussão e votação de alteração do Regulamento da Bolsa de Mérito e Primeira Matrícula;** \_\_\_\_\_



\_\_\_ Foi alterado o valor da Bolsa de Mérito de duzentos e cinquenta euros para trezentos euros \_\_\_\_\_

Aprovado por unanimidade \_\_\_\_\_

### **5. Apresentação, discussão e votação de alteração do Regulamento à Matrícula**

\_\_\_ Alterado o incentivo à primeira matrícula de cinquenta euros para cem euros \_\_\_\_\_

Aprovado por unanimidade \_\_\_\_\_

A presidente de mesa lançou o ponto 6 da Ordem de Trabalhos: \_\_\_\_\_

### **6. Apreciação e Votação do Mapa de Pessoal para 2022;** \_\_\_\_\_

Neste ponto a tesoureira Mónica Jorge explica que a administrativa Diana está com o concurso encerrado e o do Jorge estava a terminar. \_\_\_\_\_

Tiago Rei evidencia que sendo um assunto a ser tratado no momento das eleições, o anterior executivo deixou a decorrer. \_\_\_\_\_

\_\_\_ Não havendo questões, procedeu-se a sua votação em que foi aprovado por unanimidade \_\_\_\_\_

A presidente de mesa Aida Silva lança o ultimo ponto da Ordem de Trabalhos:

### **\_\_\_ 7. Outros assuntos de interesse para a Freguesia;** \_\_\_\_\_

\_\_\_ É dada a palavra ao Paulo Pereira, que faz um apontamento sobre a área de pastorícia solicitada pelos fregueses que tem intenção de investir na freguesia e para o executivo para os considerar, nomeadamente o assunto dos Baldios, tentar que os possíveis sejam feitos para ceder área de Baldio e que não passe muito tempo ao pedido feito na Junta de Freguesia. os fregueses tenham possibilidade de possuir mais área para aumento de investimento na freguesia. Que afirma que os fregueses e não fregueses que tencionam investir ainda não tem área que foi solicitada \_\_\_\_\_

\_\_\_ O presidente Luís afirma que a área solicitada tem de ser atribuída a quem tem o Pedido Único com a exploração na freguesia. \_\_\_\_\_

\_\_\_ Samuel Costa tem a palavra e relembra que durante o seu executivo, alguns fregueses tinham na sua posse a caderneta rústica da área que esta a ser explorada, embora não seja sua proprietária, usada para pastorícia, que era uma forma que a Junta de Freguesia naquela altura conseguiu para ceder área aos fregueses \_\_\_\_\_

\_\_\_ Lara Duarte pede a palavra e refere que é um assunto muito cinzento devido as condições solicitadas pelas entidades em questão mas que



futuramente devia haver mais esclarecimento neste assunto para evitar confusão em relação à existência de travamento de alguns pedidos dos fregueses referida ao executivo, tendo em conta às legislações e exigências das entidades envolvidas \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ Nada mais havendo a tratar, foi dada como encerrada a sessão na qual foi lavrada a presente ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pela Presidente da Mesa da Assembleia e pela Primeira Secretária da Mesa da Assembleia, autora da mesma. \_\_\_\_\_

A Presidente da Mesa da Assembleia

(Aida Silva)

A Secretária da Mesa da Assembleia

(Lara Duarte)